

Primeiro, o Assembleia Constituinte debate com 15 MAI. 1985 a sociedade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, informou ontem que o governo só pretende convocar a Assembleia Nacional Constituinte após definir um pacto político com todas as correntes partidárias do Congresso Nacional. Até lá, disse o ministro, "o fundamental é abrir o debate sobre a reforma constitucional com a sociedade". Lyra entregou a Sarney, na reunião do conselho político do governo, realizada pela manhã, a minuta de decreto que cria a comissão encarregada do anteprojeto da nova Constituição.

A comissão, no entanto, segundo o ministro, também terá de esperar a concretização do pacto desejado pelo presidente Sarney para ser instalada. Anteriormente, Lyra previra a assinatura do decreto, ainda esta semana, permitindo o início imediato das atividades dos mais de 50 membros que serão coordenados pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco. A explicação para o retardamento, segundo Lyra, é que "o presidente não quer atropelar os acontecimentos". A intenção de Sarney, acrescentou o ministro, é ouvir todas as lideranças políticas para estabelecer o pacto político que, a seu ver, deverá preceder o pacto social.

Com os partidos, os entendimentos devem girar em torno da forma de convocação da Constituinte. Mas Lyra acredita que isso ocorrerá em pouco tempo, "pois urge um acordo com os partidos em vários aspectos". Sua participação nesse pacto será ouvir as lideranças partidárias, incluindo as do PDS, tarefa que será desempenhada também pelo presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

Mesmo sem entrar em detalhes, Lyra informou ainda que cerca de 90% do tempo da reunião do conselho político foi tomado com o problema do banco Sulbrasilero, e que o presidente, antes de definir a estatização do banco, deverá conversar novamente com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

A candidatura de Cruz, sem receptividade

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A candidatura do general Newton Cruz à Constituinte, ontem confirmada por ele, não encontrou muita receptividade no meio militar, segundo oficiais do Rio, de São Paulo e de Brasília, que reconheceram que Cruz deverá ter apoio de radicais, até dos remanescentes de grupos operacionais de repressão, mas principalmente dos que "vêem o comunismo como o único problema do País".

ESTADO DE SAO PAULO

15 MAI 1985

ESTADO DE SAO PAULO

Os oficiais lembraram a frase do coronel Sebastião Ferreira Chaves de que "o comunismo não pode ser visto de um modo radical, mas sim dentro de um contexto político, administrativo e social". Para o ex-secretário de Segurança de São Paulo, "o comunismo cresce proporcional e diretamente na medida em que os governantes demonstram incapacidade de resolver os problemas sociais e incompetência para administrar conflitos, que são próprios do regime democrático".

O próprio general Cruz garantiu ontem, em Brasília, que vai combater o comunismo no Congresso, mas militares que ouviram a sua entrevista advertiram que, se ele tentar ser um porta-voz militar, poderá criar problemas para o Exército.

Cruz não contará com o apoio de oficiais que, apesar de terem servido sob sua chefia no SNI, não aprovam algumas de suas atitudes. Não terá, por exemplo, o apoio do coronel Hevíscio Nunes, que prestou depoimento no Congresso Nacional sobre o caso Capemi. O oficial acompanhou o caso Baumgarten, no qual Cruz também foi envolvido.

Ao falar da candidatura do ex-comandante militar do Planalto, que foi por duas vezes executor de medidas de emergência no Distrito Federal, um oficial superior do Quartel-Geral do Exército disse: "Não apoiarei e considero inopportuna. Pode envolver a instituição (o Exército). O general Newton Cruz falou pela manhã, na televisão, e não foi feliz".

Newton Cruz deu duas entrevistas ontem em Brasília. Na primeira, segundo os mesmos oficiais, tentou justificar o envio de tropa para a área do Congresso Nacional, ano passado, na votação da emenda para a volta da eleição direta para presidente — "impedi que o Congresso fosse engolofado pelas diretas já" —, e depois se contradisse, ao dizer que havia sugerido ao presidente da República a volta de eleições diretas.

MAIS UM PARTIDO

O Partido Social Trabalhista (PST), que pretende ser reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral para participar das eleições à Constituinte, deu posse aos membros das comissões nacional, regional, municipais e zonais, em cerimônia realizada ontem na Assembleia Legislativa do Rio. O cargo de presidente nacional da nova sigla é ocupado pelo comandante Daimo Honnaiser, cassado pelo Ato Institucional nº 5.

ANC 88
Pasta 03-05/85
090/1985